



Administradora: Bradesco Vida e Previdência S.A.
Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

Fundos de Investimento

BRADESCO FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL FAPI FIX
CNPJ nº 02.185.027/0001-21

MENSAGEM DA ADMINISTRADORA

Prezados Cotistas,

O Bradesco Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI Fix, constituído sob a forma de condomínio aberto (cotas individuais), iniciou suas atividades em 19.12.1997. Tem como objetivo acumular recursos em longo prazo com tratamento fiscal favorável, visando à complementação da aposentadoria.

Encerrou o exercício de 2021 com 473 mil participantes ativos e Patrimônio Líquido de R\$ 458 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas)

	2021	2020
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 65.672.633,707 cotas a R\$ 6,889068 cada.....	452.423	-
Representado por 66.571.562,599 cotas a R\$ 6,886636 cada.....	-	458.454
Cotas emitidas no exercício		
153.104.000 cotas.....	1.062	-
153.855.963 cotas.....	-	1.262
Cotas resgatadas no exercício		
981.097.699 cotas.....	(2.198)	-
1.052.784.855 cotas.....	-	(2.469)
Varição no resgate de cotas no exercício	(4.728)	(5.077)
Patrimônio líquido antes do resultado	446.559	452.170
RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Renda fixa e outros ativos financeiros	20.164	11.583
Apropriação de rendimentos.....	20.614	12.555
Resultado nas negociações.....	1	-
Valorização/desvalorização a preço de mercado.....	(451)	(972)
Demais receitas	22	-
Aprovisionamento e ajustes patrimoniais.....	22	-
Demais despesas	(8.022)	(11.330)
Aprovisionamento e ajustes patrimoniais.....	-	(2)
Auditoria e custódia.....	(73)	(40)
Publicações e correspondências.....	(10)	(40)
Remuneração da administração.....	(7.891)	(11.200)
Taxa de fiscalização CVM.....	(48)	(48)
Total do resultado do exercício	12.164	253
Patrimônio líquido no final do exercício		
Representado por 64.844.640,008 cotas a R\$ 7,074179 cada.....	458.723	-
Representado por 65.672.633,707 cotas a R\$ 6,889068 cada.....	-	452.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Bradesco Fundo de Aposentadoria Programada Individual FAPI Fix ("Fundo"), iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 1997, e foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Destina-se a aplicações de recursos do trabalhador e/ou do empregador detentor de Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual, destinado a seus empregados e administradores, desde que atendidas as condições estabelecidas na legislação e regulamentação em vigor, e tem por objetivo a aplicação dos recursos de seus participantes, com a finalidade de proporcionar-lhes rendimentos resultantes da administração criteriosa da sua carteira de investimentos diversificada de acordo com a boa técnica.

Consequentemente, as cotas do Fundo estão sujeitas às oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, podendo levar inclusive à perda do capital investido.

As aplicações em Fundo não são garantidas pela Administradora, Gestora, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis aos fundos de investimento, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento (COFI) e pelas orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis incluem, quando aplicável, estimativas e premissas na mensuração e avaliação dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

(a) Reconhecimento de receitas e despesas

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

(b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao seu valor de mercado.

(c) Títulos de renda fixa

Os títulos de renda fixa integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado em função da classificação dos títulos - Nota Explicativa nº 4.

4. ATIVOS FINANCEIROS

De acordo com o estabelecido pela Instrução CVM nº 577, de 7 de julho de 2016, os ativos financeiros são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

(i) Títulos para negociação: incluem os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e avaliados diariamente pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

- que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, esses últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM;
- que todos os cotistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do fundo, a sua anuência à classificação de ativos financeiros integrantes da carteira do fundo; e
- que os fundos de investimento invistam em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os ativos financeiros da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento. É necessário que sejam atendidas, pelas cotistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

(a) Composição da carteira

Os ativos financeiros integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

Títulos para negociação	Custo atualizado	Valor de mercado/realização	Ajuste a valor de mercado	Faixas de vencimento
Títulos de emissão do Tesouro Nacional:				
Letras Financeiras do Tesouro.....	188.820	188.826	6	Até 1 ano
Letras Financeiras do Tesouro.....	205.984	205.427	(457)	Após 1 ano
	394.704	394.253	(451)	
Total dos títulos para negociação:	394.704	394.253	(451)	

(b) Valor de mercado

Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado são os seguintes:

Títulos de renda fixa

Títulos públicos

• Pós-fixados: As LFT's são atualizadas pelas cotações/taxas divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA.

5. VALORIZAÇÃO/DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS A PREÇO DE MERCADO

Refere-se ao diferencial do valor de curva e de mercado para os títulos existentes na carteira na data do balanço no valor de R\$ (451) (R\$ (972) em 2020) para renda fixa e outros ativos financeiros e registrados na rubrica "Valorização/desvalorização a preço de mercado". Para os títulos negociados no exercício os diferenciais a mercado compõem o resultado realizado no exercício e são refletidos na conta "Resultado nas negociações".

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a) Tipos de riscos

Mercado

O valor dos ativos que integram a carteira pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Derivativos

Consiste no risco de distorção do preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para fundos que utilizam derivativos para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Crédito

É o risco de inadimplimento ou atraso no pagamento de juros ou principal dos títulos que compõem a carteira. Neste caso, o efeito no Fundo é proporcional à participação na carteira do título afetado. O risco de crédito está associado à capacidade de solvência do Tesouro Nacional, no caso de títulos públicos federais, e da empresa emissora do título, no caso de títulos privados.

Sistêmico

As condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado resultando em alterações nas taxas de juros e câmbio, nos preços dos papéis e nos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho do Fundo.

(b) Controles relacionados aos riscos

De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

- Estimar as perdas máximas potenciais dos fundos por meio do VaR (*Value at Risk*);
- Definir parâmetros para avaliar se as perdas estimadas estão de acordo com o perfil do Fundo, se agressivo ou conservador; e
- Avaliar as perdas dos fundos em cenários de stress.

(c) Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2021, a análise de sensibilidade foi efetuada a partir do cenário elaborado abaixo:

PL: 458.723

Value at Risk - VaR: 110

VaR/PL: 0,0241%

VaR Paramétrico - 95% de intervalo de confiança - Horizonte de tempo de 21 dias - Decaimento de 0,94.

Determinações no Ofício Circular nº 1/2019/CVM/SIN/SNC

A mensuração dos riscos de mercado tem por objetivo a avaliação das perdas possíveis com as variações de preços e taxas no mercado financeiro.

O método *Value-at-Risk* - VaR (Valor em Risco) representa a perda máxima esperada para 21 dias com 95% de confiança. Este método assume que os retornos dos ativos são relacionados linearmente com os retornos dos fatores de risco e que os fatores de risco são distribuídos normalmente. Estas aproximações podem subestimar as perdas decorrentes do aumento futuro da volatilidade dos ativos e, portanto, pode haver perdas superiores ao estimado conforme oscilações de mercado.

8. EMISSÕES E RESGATES DE COTAS

As cotas do Fundo são:

I. Nominativas, intransferíveis a terceiros e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares;

II. Emitidas e registradas, de forma diferenciada, em cotas adquiridas com recursos do trabalhador ou cotas adquiridas com recursos do empregador.

(a) Emissão

Na emissão de cotas do Fundo, o valor da aplicação é convertido pelo valor da cota de fechamento do próprio dia do pedido de aplicação, mediante a efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

(b) Resgate

Para efeito do exercício do direito de resgate pelo condômino, as cotas do Fundo terão seu valor atualizado diariamente. No resgate de cotas do Fundo, o valor do resgate é convertido pelo valor da cota de fechamento do primeiro dia útil subsequente ao da solicitação de resgate e o crédito é efetuado até o quinto dia útil subsequente ao da solicitação do resgate.

Para fins do exercício do direito de resgate de cotas do Fundo, devem ser observadas as seguintes condições:

(i) As cotas adquiridas com recursos do trabalhador podem ser resgatadas a qualquer tempo, com isenção ou incidência do Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários, nos termos da legislação e regulamentação em vigor;

(ii) As cotas adquiridas com recursos do empregador somente podem ser resgatadas após o prazo de 10 anos, contado da primeira aquisição de cotas em nome do empregado ou administrador participante do Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual, independentemente do plano de contribuição que a tenha originado e do plano ao qual o condômino esteja vinculado por ocasião do resgate. Não se aplica aos casos de invalidez permanente, de aposentadoria ou de morte do empregado ou administrador participante, hipótese em que o resgate de cotas do Fundo dar-se-á na forma da legislação civil. Transcorrido o prazo de capitalização a que se refere ao item (ii), o condômino tem direito a resgatar parcial ou totalmente as cotas, podendo adquirir renda junto a sociedades seguradoras ou a entidades de previdência privada, na forma da lei.

(c) Portabilidade de recursos

O condômino tem o direito de transferência do seu patrimônio individual para outro FAPI, a partir do sexto mês, contado do registro das cotas na conta de depósito aberta em seu nome no Fundo. A transferência é feita, diretamente entre as entidades administradoras de Fundo de Aposentadoria Programada Individual, mediante solicitação por meio de formulário próprio, o qual contém todas as informações necessárias à transferência.

9. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

A Administradora recebe, pela prestação dos serviços de gestão e administração, a taxa de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculada e provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente, por períodos vencidos.

Até 13 de dezembro de 2020, a taxa de administração praticada pelo Fundo era de 2,50% ao ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a despesa de taxa de administração foi de R\$ 7.891 (R\$ 11.200 em 2020), registrada na conta "Remuneração da administração".

O Fundo não possui taxa de ingresso, taxa de saída ou taxa de performance.

Agradecemos a confiança em nossa Administração e colocamo-nos à disposição dos cotistas para eventuais esclarecimentos.

Cidade de Deus, 04 de fevereiro de 2022.

Bradesco Vida e Previdência S.A.

Administradora

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Aplicações - Especificações	Quantidade	Custo total (R\$ mil)	Mercado/ Realização (R\$ mil)	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades			10	-
Banco conta movimento.....			10	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez		65.156	65.156	14,20
Letras do Tesouro Nacional.....	66.862	65.156	65.156	14,20
Títulos públicos		394.704	394.253	85,95
Valores a receber		394.704	394.253	85,95
Letras Financeiras do Tesouro.....	35.150	394.704	394.253	85,95
Fiscais e previdenciárias.....			61	0,01
Aprovisionamento e ajustes patrimoniais.....			21	0,01
Total do ativo			459.480	100,16
Valores a pagar			757	0,16
Taxa de administração.....			730	0,16
Cotas a resgatar.....			23	-
Auditoria e custódia.....			4	-
Patrimônio líquido			458.723	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido			459.480	100,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

10. CUSTÓDIA DOS TÍTULOS DA CARTEIRA

Os títulos públicos, incluindo aqueles utilizados como lastro para as operações compromissadas, estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Operações de compra e venda definitivas de títulos públicos federais realizadas com partes relacionadas

Mês/Ano	Tipo de título	Operações definitivas realizadas com partes relacionadas/Total de operações definitivas	Vencimento	Volume médio mês/ Patrimônio médio mês	(Preço praticado/ Preço médio do dia) (*)	Parte relacionada
2/2021.....	LFT	100,00%	01/03/2021	13,87%	100,00%	Bradesco
2/2021.....	LFT	100,00%	01/03/2022	13,85%	100,07%	Bradesco

(*) Fonte utilizada: informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA.

b) Operações compromissadas com partes relacionadas

Mês/Ano	Tipo de título	Operações compromissadas realizadas com partes relacionadas/Total de operações compromissadas	Volume médio diário/ Patrimônio médio diário do fundo	Taxa média contratada/ Taxa Selic (*)	Parte relacionada
1/2021.....	LFT	1,50%	1,16%	99,47%	Bradesco
1/2021.....	LTN	10,50%	1,74%	99,47%	Bradesco
1/2021.....	NTN	88,00%	8,51%	99,47%	Bradesco
2/2021.....	LFT	0,56%	1,14%	99,47%	Bradesco
2/2021.....	LTN	8,89%	1,14%	99,47%	Bradesco
2/2021.....	NTN	90,55%	8,46%	99,47%	Bradesco
3/2021.....	LFT	0,54%	1,48%	99,62%	Bradesco
3/2021.....	LTN	4,25%	1,06%	99,55%	Bradesco
3/2021.....	NTN	95,21%	7,43%	99,55%	Bradesco
4/2021.....	LTN	9,00%	1,38%	99,62%	Bradesco
4/2021.....	NTN	91,00%	11,53%	99,62%	Bradesco
5/2021.....	LFT	9,53%	7,18%	99,71%	Bradesco
5/2021.....	LTN	32,81%	4,50%	99,70%	Bradesco
5/2021.....	NTN	57,66%	10,23%	99,69%	Bradesco
6/2021.....	LFT	0,48%	1,42%	99,71%	Bradesco
6/2021.....	LTN	98,57%	10,85%	99,73%	Bradesco
6/2021.....	NTN	0,95%	1,42%	99,71%	Bradesco
7/2021.....	LFT	77,25%	13,91%	99,76%	Bradesco
7/2021.....	LTN	13,65%	13,93%	99,76%	Bradesco
7/2021.....	NTN	9,10%	13,93%	99,76%	Bradesco
8/2021.....	LFT	58,17%	14,25%	99,80%	Bradesco
8/2021.....	LTN	22,84%	14,54%	99,81%	Bradesco
8/2021.....	NTN	18,99%	15,12%	99,81%	Bradesco
9/2021.....	LFT	23,82%	14,92%	99,81%	Bradesco
9/2021.....	LTN	38,09%	11,92%	99,82%	Bradesco
9/2021.....	NTN	38,09%	13,25%	99,82%	Bradesco
10/2021.....	LFT	65,04%	14,71%	99,84%	Bradesco
10/2021.....	NTN	34,96%	12,84%	99,85%	Bradesco
11/2021.....	LFT	41,63%	13,38%	99,87%	Bradesco
11/2021.....	LTN	6,47%	9,36%	99,87%	Bradesco
11/2021.....	NTN	51,90%	12,51%	99,87%	Bradesco
12/2021.....					

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Custódia dos ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, o Fundo detinha investimentos em ativos financeiros. Cabe à Administração e ao custodiante do Fundo conduzir processos de controles para garantir a propriedade e custódia dos ativos financeiros mantidos em sua carteira, junto as entidades custodiantes independentes e instituições financeiras. Em conexão às operações do Fundo e a materialidade dos saldos dos investimentos do Fundo envolvidos, consideramos a custódia dos ativos financeiros do Fundo como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação da propriedade e custódia dos ativos financeiros do Fundo, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do processo de conciliação das posições dos investimentos detidos pelo Fundo junto às posições das entidades custodiantes independentes e instituições financeiras; (ii) obtivemos a composição detalhada dos ativos financeiros do Fundo e comparamos com os seus respectivos registros contábeis; e (iii) confrontamos a composição da carteira do Fundo em 31 de dezembro de 2021 com os relatórios emitidos pelas entidades custodiantes independentes e instituições financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os processos adotados pela Administração são apropriados com relação à existência dos ativos financeiros, no contexto das demonstrações contábeis do Fundo tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração do Fundo pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de investimento regulamentados pela ICVM 555/14 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável, dentro das prerrogativas previstas na ICVM 555/14, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita

Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

Especial

Partidos Documento da bancada do PT do Senado foi apagado das redes sociais diante de má repercussão

Lula critica guerra; postagem do PT culpou EUA

GUERRA NA UCRÂNIA

Ricardo Mendonça

De São Paulo

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu principal assessor para temas internacionais, o ex-chanceler Celso Amorim, condenaram a guerra desencadeada pela Rússia contra a Ucrânia. Uma nota da bancada de senadores do PT, porém, produziu embaraço aos petistas ao apontar os Estados Unidos e sua política de longo prazo como os culpados pela crise. Minutos após a publicação, a nota foi apagada.

Lula manifestou-se ontem logo cedo pelas redes sociais. Sem mencionar a Rússia, afirmou que “ninguém pode concordar com guerra, ataques militares de um país contra o outro”.

Mais adiante, postou que “o ser humano tem que criar juízo e resolver suas divergências em uma mesa de negociação, não em campos de batalha”.

O tom de repúdio foi repetido durante uma entrevista a uma rádio em Brasília. “É lamentável que, na segunda década do século 21, a gente tenha países tentando resolver suas diferenças através de tiros, bombas e ataque”, afirmou.

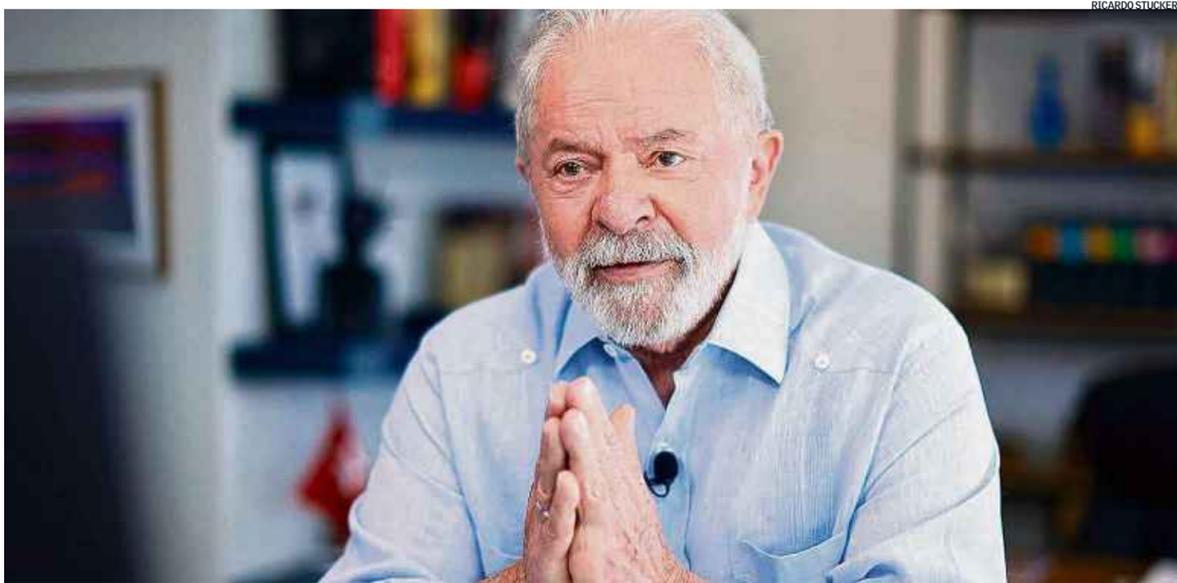
Líder nas pesquisas da disputa presidencial, o petista ainda aproveitou a crise para criticar o presidente Jair Bolsonaro.

“Um presidente da República precisa conversar, ser um maestro da orquestra chamada Brasil para ela viver em harmonia. Se você tem um presidente que briga com todo mundo, ele serve para que? Até em coisas sérias, ele mente, disse que tinha conseguido a paz ao viajar para a Rússia”.

Celso Amorim foi mais enfático nas declarações ao longo do dia. Embora tenha classificado como “legítima” a preocupação russa com a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) ao leste europeu, afirmou, em entrevista ao portal Opera Mundi, difusor de análises e opiniões de personalidades de esquerda, que as ações bélicas da Rússia contra a Ucrânia são uma “violação grave do direito internacional”, um ato “ilícito e injustificável”.

O que gerou mais repercussão no campo petista, porém, não foram as declarações do ex-presidente ou as análises de Amorim, mas uma nota divulgada pela bancada do PT no Senado acusando os Estados Unidos e sua política de longo prazo de serem os culpados pela crise.

“O PT no Senado condena a política de longo prazo dos EUA de agressão à Rússia e de conti-

**Lula: esforço de ex-presidente para condenar agressão russa e fazer um apelo para retomada de negociações foi comprometido por postagem no Twitter**

nua expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em direção às fronteiras russas. Trata-se de política belicosa, que nunca se justificou, dentro dos princípios que regem o Direito Internacional Público”, dizia o documento divulgado na manhã de ontem.

O texto afirmava ainda que “essa política imperialista produziu o quadro geopolítico que explica o atual conflito na Ucrâ-

nia. Tal conflito, frise-se, é basicamente um conflito entre os EUA e a Rússia”.

O documento prosseguia afirmando que os Estados Unidos não aceitam uma Rússia forte e uma China que tende a superá-los economicamente.

Com bem menor ênfase, a nota da bancada petista também criticava a Rússia. Dizia que aposta recente do país asiático na guerra “também agride o Di-

reito Internacional Público e o sistema de segurança coletiva cristalizado na ONU”.

Em face da repercussão negativa, o documento foi apagado por volta das 13h. Prevaleceu em seu lugar uma mensagem de tom mais neutro publicada pelo senador Humberto Costa (PE).

“Conflitos políticos não podem ser resolvidos com guerras, mortes e destruição. O diálogo democrático precisa prevalecer

entre países”, diz num trecho.

O estrago político, porém, já estava feito. Rivals de Lula na disputa presidencial, como o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), e o ex-juiz Sergio Moro (Podemos), divulgaram mensagens de repúdio à primeira nota dos senadores do PT.

“Mais uma vez é a ideologia prevalecendo sobre a realidade”, escreveu Moro. (*Colaborou Claudia Violante*)

Conflito desorienta e ‘normaliza’ bolsonarismo

Análise

Maria Cristina Fernandes

De São Paulo

O fracasso do vaticínio bolsonarista sobre as perspectivas do conflito na Ucrânia foi o que de melhor poderia ter acontecido para o front interno da guerra eleitoral do presidente Jair Bolsonaro.

Suas declarações de solidariedade “à busca de Putin pela paz”, feitas uma semana antes do ataque russo à Ucrânia, ganharam competidores à altura.

A deflagração da guerra não apenas trouxe à tona outros posicionamentos estapafúrdios nas fronteiras nacionais, quanto expôs o fracasso de dirigentes estrangeiros que assumiram, de fato, o risco da mediação do conflito.

Nesse ambiente em que todos erram e ninguém tem razão eis que aparece Bolsonaro, às 16h de ontem, no Twitter, dizendo-se empenhado em “proteger e auxiliar” os brasileiros na Ucrânia. Já não tomou partido nem se aventurou na geopolítica, apenas pôs a embaixada em Kiev à disposição dos 500 brasileiros que vivem no país e os que lá estão de passagem. Não tem como ser contra.

Já não se pode dizer o mesmo em relação ao vice-presidente Hamilton Mourão, o primeiro a ombrear com o Bolsonaro de Moscovo, ainda de ponta cabeça. Mourão defendeu o uso da força e disse que se o Ocidente deixar que a Ucrânia caia por terra, Putin prosseguirá até re-

produzir a Alemanha hitlerista dos anos 30.

Nem mesmo Joe Biden, maior antagonista de Vladimir Putin no planeta, chegou a tanto. Em pronunciamento na tarde de ontem, o presidente americano voltou a dizer que não reagirá com uso de força ao ataque russo.

Ante a Constituição brasileira que prevê, em seu artigo 4, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos como princípios das relações internacionais do país, a plateia não terá muita dúvida sobre quem estará jogando dentro das quatro linhas, se o Bolsonaro do tuíte ou o Mourão belicista.

Ao deixar que seu governo falasse pela anódina nota do Itamaraty, Bolsonaro evitou a profusão de porta-vozes que surgiram, por exemplo, no PT. Logo cedo, em entrevista a rádios de Brasília, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a invasão, ainda que sem citar a Rússia. “É lamentável que na segunda década do século 21 a gente tenha países tentando resolver suas diferenças através de tiros, bombas e ataques quando isso deveria ser resolvido atrás de mesas de negociações.”

Duas horas mais tarde, o ministro Celso Amorim, que disse não ter falado com Lula, afirmou ao Valor ter sido surpreendido pelo ataque russo à Ucrânia — “A Rússia tem preocupações legítimas de segurança, mas nada justifica uma ação militar unilateral. Foi muito grave o que aconteceu”.

Na semana passada, Amorim chegou a dizer que o cancelamento da viagem do presidente Jair Bol-

sonaro à Rússia representaria uma concessão injustificável à pressão americana. Na manhã de ontem, reconheceu o mau passo — “Olhando em retrospecto a sorte não ajudou. Agora o melhor é o Brasil ficar quieto. Condenar a força, apelar ao direito internacional, chamar todos à mesa de negociação e nessa negociação levar em conta os direitos dos envolvidos”.

Se Lula e seu principal conselheiro diplomático se realinharam, o mesmo não pode ser dito em relação à bancada do PT no Senado. Num único dia, houve duas notas antagônicas. O líder do partido na Casa, Paulo Rocha (PA), divulgou uma com críticas à “política americana de agressão à Rússia” e de “contínua expansão da Otan” que, no quarto parágrafo, “lamenta e condena essa aposta temerária na guerra”. A nota acabou sendo retirada do ar.

Jean Paul Prates (RN), líder da minoria no Senado e correligionário de Rocha, restabeleceu a hierarquia das prioridades nos princípios da política externa. Em outra nota, principiou por condenar a “violação ao direito internacional”, ressaltar o “custo humanitário da guerra” e o “respeito inegociável dos direitos humanos” antes de criticar a atuação da Otan no Leste.

A bússola desgovernada do PT acabou caindo no radar dos adversários que passaram a dividir suas críticas entre dois polos da disputa: “Eles [Bolsonaro e Lula] apoiam o lado errado. O lado do agressor e do autoritarismo” (Sergio Moro); “O PT desprezando a dor e o sofrimento de seres humanos para de-

fender um ditador. Incompreensível e inaceitável” (João Doria); “No mundo atual não existe mais guerra distante e de consequências limitadas. Precisamos nos preparar, portanto, para os reflexos do conflito. Muito especialmente por termos um governo frágil, despreparado e perdido” (Ciro Gomes).

Enquanto isso o presidente deixou a bola com o Itamaraty, que apelou à suspensão das hostilidades e a uma solução diplomática referindo-se ao ataque como “deflagração de operações militares”.

Ao não condenar o uso da força, o Brasil se distanciou de vizinhos como o Chile de Gabriel Boric, mas se alinhou aos parceiros do Brics, China e Índia. Os chineses, que firmaram com os russos documento histórico de aproximação, ressaltaram “antecedentes históricos complexos”, e os indianos, de quem a Rússia é tradicional fornecedora bélica, silenciaram.

Ao se negar a comentar a postura de ambos os países na entrevista de ontem, Joe Biden optou por manter os canais sem os quais não terá sucesso em transformar Putin no que chamou de “pária internacional”.

Não teve o mesmo cuidado com o Brasil quando sua porta-voz, Jean Psaki, sentiu-se liberada para dizer que o país estava do outro lado dos “valores globais”. Na véspera, Bolsonaro havia se solidarizado com Putin. Uma semana depois, o presidente que mimetizou um macaco na loja de cristais da política internacional assistiu, de camarote, aos estilhaços que desarranjam a ordem mundial — e doméstica.

Lira e Pacheco pedem solução pacífica

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Renan Truffi e Vandson Lima

De Brasília

Em meio ao silêncio do presidente Jair Bolsonaro sobre a invasão da Rússia à Ucrânia, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pediram ontem uma solução pacífica para o conflito entre os países. Ambos não comentaram a postura do governo brasileiro em evitar uma posição mais crítica aos russos.

Em publicação no Twitter, Lira pediu paz e defendeu que os países busquem caminhos diplomáticos para resolver seus problemas. Já Pacheco admitiu, em nota, “preocupação” com o cenário e destacou a necessidade de um diálogo “pacífico” e “democrático” “com vistas a uma rápida solução negociada que contemple os legítimos interesses das partes envolvidas”.

Presidentes das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado, o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) e a senadora Kátia Abreu (PP-TO) avaliaram que o Brasil deveria se posicionar para defender a interrupção imediata da violência.

Ontem, Aécio telefonou para o chanceler Carlos França e cobrou que o governo tenha uma posição mais firme e clara em relação à invasão e ataques dos russos ao território ucraniano. Para Aécio, a Rússia violou o direito e as nor-

mas internacionais vigentes e deve ser condenada pelas instâncias multilaterais e pelos governos democráticos.

“Reiteramos que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) é o fórum adequado para a resolução pacífica dos conflitos e encorajamos o Brasil, por meio de sua diplomacia e com assento nesse órgão da ONU”, disse o deputado.

“Conversei com o ministro Carlos França cobrando uma manifestação mais clara do governo brasileiro de condenação a essa invasão injustificável da Rússia. Disse ao ministro que a posição do Brasil até agora tem sido muito tímida, gerando até certa dúvida, pois não combina com a forma e o vigor necessários nesse instante”, afirmou Aécio, em entrevista à Rádio Itatiaia.

Kátia classificou a decisão da Rússia de invadir a Ucrânia de “extremamente grave” e de “violar princípios fundamentais” da Organização das Nações Unidas (ONU).

“Em consonância com as diretrizes constitucionais que regem nossas relações internacionais, o Brasil deve, em especial em sua atuação no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, propugnar pela cessação imediata da violência e pela resolução pacífica do conflito, com respeito à autodeterminação e à integridade territorial dos Estados”, afirmou a senadora, em nota.



Administradora: Bradesco Vida e Previdência S.A.
Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

Fundos de Investimento

BRADESCO FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL FAPI RF PLUS
CNPJ nº 02.297.533/0001-02

MENSAGEM DA ADMINISTRADORA

Prezados Colistas,

O Bradesco Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI RF Plus, constituído sob a forma de condomínio aberto (cotas individuais), iniciou suas atividades em 29.12.1997. Tem como objetivo acumular recursos em longo prazo com tratamento fiscal favorável, visando à complementação da aposentadoria.

Encerrou o exercício de 2021 com 3 mil participantes ativos e Patrimônio Líquido de R\$ 15 milhões.

Agradecemos a confiança em nossa Administração e colocamo-nos à disposição dos colistas para eventuais esclarecimentos.

Cidade de Deus, 04 de fevereiro de 2022.

Bradesco Vida e Previdência S.A.
Administradora

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas)

	2021	2020
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 2.044.323,740 cotas a R\$ 7,674554 cada.....	15.689	-
Representado por 2.167.890,398 cotas a R\$ 7,715281 cada.....	-	16.726
Cotas emitidas no exercício		
24.172,000 cotas	187	-
26.242,531 cotas	-	202
Cotas resgatadas no exercício		
103.619,028 cotas	(227)	-
149.809,189 cotas	(343)	(343)
Variação no resgate de cotas no exercício.....	(572)	(810)
Patrimônio líquido antes do resultado	15.077	15.775
RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Renda fixa e outros ativos financeiros.....	687	391
Apropriação de rendimentos.....	718	446
Resultado nas negociações.....	-	1
Valorização/desvalorização a preço de mercado	(31)	(56)
Demais receitas.....	7	-
Aprovisionamento e ajustes patrimoniais	7	-
Demais despesas.....	(313)	(477)
Aprovisionamento e ajustes patrimoniais	-	(7)
Auditoria e custódia	(24)	(24)
Publicações e correspondências.....	(12)	(35)
Remuneração da administração.....	(268)	(402)
Taxa de fiscalização CVM.....	(9)	(9)
Total do resultado do exercício.....	381	(86)
Patrimônio líquido no final do exercício		
Representado por 1.964.876,712 cotas a R\$ 7,867340 cada.....	15.458	-
Representado por 2.044.323,740 cotas a R\$ 7,674554 cada.....	-	15.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Bradesco Fundo de Aposentadoria Programada Individual FAPI RF Plus ("Fundo") iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 1997, e foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Destina-se a aplicações de recursos do trabalhador e/ou do empregador detentor de Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual, destinado a seus empregados e administradores, conforme condições estabelecidas na legislação e regulamentação em vigor, e tem por objetivo a aplicação dos recursos em uma carteira diversificada de ativos financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observadas as limitações e condições da legislação e do regulamento do Fundo. O Fundo aplica seus recursos em títulos de renda fixa, objetivando minimizar os riscos e obter rentabilidade compatível com a segurança e diversificação das aplicações efetuadas.

Conseqüentemente, as cotas do Fundo estão sujeitas às oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, podendo levar inclusive à perda do capital investido.

As aplicações em Fundo não são garantidas pela Administradora, Gestora, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis aos fundos de investimento, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento (COFI) e pelas orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis incluem, quando aplicável, estimativas e premissas na mensuração e avaliação dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

(a) Reconhecimento de receitas e despesas

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

(b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

(c) Títulos de renda fixa

Os títulos de renda fixa integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado em função da classificação dos títulos - Nota Explicativa nº 4.

4. ATIVOS FINANCEIROS

De acordo com o estabelecido pela Instrução CVM nº 577, de 7 de julho de 2016, os ativos financeiros são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

(I) Títulos para negociação: incluem os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e avaliados diariamente pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;

(II) Títulos mantidos até o vencimento: incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

• que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, esses últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM;

• que todos os colistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do fundo, a sua anuência à classificação de ativos financeiros integrantes da carteira do fundo; e

• que os fundos de investimento invistam em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os ativos financeiros da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento. É necessário que sejam atendidas, pelos colistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

(a) Composição da carteira

Os ativos financeiros integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

Títulos para negociação	Custo atualizado	Valor de mercado/realização	Ajuste a valor de mercado	Faixas de vencimento
Títulos de emissão do Tesouro Nacional:				
Letras Financeiras do Tesouro	561	561	-	Até 1 ano
Letras Financeiras do Tesouro	13.913	12.982	(31)	Após 1 ano
	13.574	13.543	(31)	
Total dos títulos para negociação:	13.574	13.543	(31)	

(b) Valor de mercado

Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado são os seguintes:

Títulos de renda fixa

Títulos públicos

• Pós-fixados: As LFT's são atualizadas pelas cotações/taxas divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA.

5. VALORIZAÇÃO/DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS A PREÇO DE MERCADO

Refere-se ao diferencial do valor de curva e de mercado para os títulos existentes na carteira na data do balanço no valor de R\$ (31) (R\$ (56) em 2020) para renda fixa e outros ativos financeiros e registrados na rubrica "Valorização/desvalorização a preço de mercado". Para os títulos negociados no exercício os diferenciais a mercado compõem o resultado realizado no exercício e são refletidos na conta "Resultado nas negociações".

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a) Tipos de riscos

Mercado

O valor dos ativos que integram a carteira pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Derivativos

Consiste no risco de distorção do preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos colistas. Mesmo para fundos que utilizam derivativos para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Crédito

É o risco de inadimplimento ou atraso no pagamento de juros ou principal dos títulos que compõem a carteira. Neste caso, o efeito no Fundo é proporcional à participação na carteira do título afetado. O risco de crédito está associado à capacidade de solvência do Tesouro Nacional, no caso de títulos públicos federais, e da empresa emissora do título, no caso de títulos privados.

Sistêmico

As condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado resultando em alterações nas taxas de juros e câmbio, nos preços dos papéis e nos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho do Fundo.

(b) Controles relacionados aos riscos

De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

- Estimar as perdas máximas potenciais dos fundos por meio do VaR (*Value at Risk*);
- Definir parâmetros para avaliar se as perdas estimadas estão de acordo com o perfil do Fundo, se agressivo ou conservador; e
- Avaliar as perdas dos fundos em cenários de stress.

(c) Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2021, a análise de sensibilidade foi efetuada a partir do cenário elaborado abaixo:

PL: 15.458

Value at Risk - VaR: 7

VaR/PL: 0,0460%

VaR Paramétrico - 95% de intervalo de confiança - Horizonte de tempo de 21 dias - Decaimento de 0,94.

Determinações no Ofício Circular nº 1/2019/CVM/SIN/SNC

A mensuração dos riscos de mercado tem por objetivo a avaliação das perdas possíveis com as variações de preços e taxas no mercado financeiro. O método *Value-at-Risk - Var* (Valor em Risco) representa a perda máxima esperada para 21 dias com 95% de confiança. Este método assume que os retornos dos ativos são relacionados linearmente com os retornos dos fatores de risco e que os fatores de risco são distribuídos normalmente. Estas aproximações podem subestimar as perdas decorrentes do aumento futuro da volatilidade dos ativos e, portanto, pode haver perdas superiores ao estimado conforme oscilações de mercado.

8. EMISSÕES E RESGATES DE COTAS

As cotas do Fundo são nominativas, intransferíveis a terceiros, e são mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares. São emitidas em nome do condomínio, sendo registradas, de forma separada, as cotas adquiridas com recursos dos condôminos, daquelas adquiridas com recursos do empregador.

(a) Emissão

Na emissão de cotas do Fundo o valor da aplicação é convertido pelo valor da cota do dia do pedido de aplicação, mediante a efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

(b) Resgate

Para efeito do exercício do direito de resgate pelo condômino, as cotas do Fundo têm seu valor atualizado diariamente. No resgate de cotas do Fundo, o valor do resgate é convertido pelo valor da cota em vigor no dia útil seguinte ao da solicitação de resgate e o crédito é efetuado no prazo máximo de cinco dias úteis subsequentes à solicitação.

Respeitadas as disposições legais e regulamentares, o resgate das cotas pode ser solicitado pelo condômino:

I, a qualquer tempo, das cotas adquiridas com recursos do condômino;

II, após decorridos 10 (dez) anos, contados da data da primeira emissão dessas cotas em seu nome, das cotas subscritas com recursos do empregador. A Administradora fixa, periodicamente, valores mínimos para resgates parciais, que são idênticos para todos os condôminos, e constarão das publicações do Fundo.

(c) Portabilidade de recursos

A partir de seis meses, contado da primeira emissão de cotas para o respectivo condômino, ou da última transferência individual do mesmo, e a seu exclusivo critério, é permitida a transferência total das cotas de que o mesmo seja titular, para outro Fundo de Aposentadoria Programada Individual, independente da Instituição que o administre. Mediante solicitação escrita do condômino, com perfeita identificação do Fundo para o qual o mesmo deseja transferir seus recursos, a Administradora e/ou a Gestora, respeitadas a legislação e regulamentação em vigor, providencia a transferência solicitada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da respectiva solicitação.

9. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

A Administradora recebe pela prestação dos serviços de administração, a taxa de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculada e provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente, por períodos vencidos.

Até 13 de dezembro de 2020, a taxa de administração praticada pelo Fundo era de 2,50% ao ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a despesa de taxa de administração foi de R\$ 268 (R\$ 402 em 2020), registrada na conta "Remuneração da administração".

O Fundo não possui taxa de ingresso, taxa de saída ou taxa de performance.

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Aplicações - Especificações	Quantidade	Custo total (R\$ mil)	Mercado/ Realização (R\$ mil)	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades.....			10	0,06
Banco conta movimento			10	0,06
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		1.953	1.953	12,64
Notas do Tesouro Nacional - Série B	495	1.953	1.953	12,64
Títulos públicos.....		13.574	13.543	87,61
Letras financeiras do tesouro.....	1.209	13.574	13.543	87,61
Valores a receber.....			33	0,21
Fiscais e previdenciárias			33	0,21
Total do ativo.....			15.539	100,52
Valores a pagar.....			81	0,52
Despesas diversas.....			38	0,25
Taxa de administração.....			25	0,16
Cotas a resgatar.....			18	0,11
Patrimônio líquido.....			15.458	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido.....			15.539	100,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

10. CUSTÓDIA DOS TÍTULOS DA CARTEIRA

Os títulos públicos, incluindo aqueles utilizados como lastro para as operações compromissadas, estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Operações de compra e venda definitivas de títulos públicos federais realizadas com partes relacionadas

Mês/Ano	Tipo de título	Operações definitivas de compra e venda de títulos públicos federais relacionadas/Total de operações definitivas	Vencimento	Volume médio mês/ Patrimônio médio mês	(Preço praticado/ Preço médio do dia) (*)	Parte relacionada
2/2021.....	LFT	100,00%	01/03/2021	10,53%	100,00%	Bradesco
2/2021.....	LFT	100,00%	01/03/2022	10,52%	100,07%	Bradesco

(*) Fonte utilizada: informações divulgadas nos boletins publicados pelo ANBIMA.

b) Operações compromissadas com partes relacionadas

Mês/Ano	Tipo de título	Operações compromissadas realizadas com partes relacionadas/Total de operações compromissadas	Volume médio diário/ Patrimônio médio diário do fundo	Taxa média contratada/ Taxa Selic (*)	Parte relacionada
1/2021.....	LFT	19,95%	10,02%	99,47%	Bradesco
1/2021.....	LTN	59,23%	9,91%	99,47%	Bradesco
1/2021.....	NTN	20,82%	10,45%	99,47%	Bradesco
2/2021.....	LFT	5,49%	9,12%	99,47%	Bradesco
2/2021.....	LTN	94,51%	9,24%	99,47%	Bradesco
3/2021.....	LFT	6,27%	15,93%	99,62%	Bradesco
3/2021.....	LTN	46,88%	9,93%	99,55%	Bradesco
3/2021.....	NTN	46,85%	10,82%	99,54%	Bradesco
4/2021.....	LTN	95,04%	15,70%	99,62%	Bradesco
4/2021.....	NTN	4,96%	15,58%	99,62%	Bradesco
5/2021.....	LFT	26,04%	13,99%	99,71%	Bradesco
5/2021.....	LTN	64,51%	10,94%	99,70%	Bradesco
5/2021.....	NTN	9,45%	15,23%	99,71%	Bradesco
6/2021.....	LFT	21,87%	11,57%	99,71%	Bradesco
6/2021.....	LTN	54,79%	6,69%	99,74%	Bradesco
6/2021.....	NTN	23,33%	8,23%	99,72%	Bradesco
7/2021.....	LFT	68,17%	14,90%	99,76%	Bradesco
7/2021.....	LTN	22,76%	14,92%	99,78%	Bradesco
7/2021.....	NTN	9,07%	14,88%	99,78%	Bradesco
8/2021.....	LFT	36,32%	14,72%	99,79%	Bradesco
8/2021.....	LTN	22,75%	14,75%	99,81%	Bradesco
8/2021.....	NTN	40,93%	14,75%	99,81%	Bradesco
9/2021.....	LFT	4,77%	14,66%	99,81%	Bradesco
9/2021.....	LTN	38,12%	14,64%	99,81%	Bradesco
9/2021.....	NTN	57,11%	14,62%	99,82%	Bradesco
10/2021.....	LFT	55,40%	13,84%	99,84%	Bradesco
10/2021.....	LTN	4,95%	13,60%	99,84%	Bradesco
10/2021.....	NTN	39,65%	12,11%	99,85%	Bradesco
11/2021.....	LFT	30,40%	13,24%	99,87%	Bradesco
11/2021.....	LTN	24,73%	12,93%	99,87%	Bradesco
11/2021.....	NTN	44,87%	13,03%	99,87%	Bradesco
12/2021.....	LFT	21,60%	12,50%	99,89%	Bradesco
12/2021.....	LTN	21,73%	12,58%	99,89%	Bradesco
12/2021.....	NTN	56,67%	12,61%	99,88%	Bradesco

(*) Fonte utilizada: Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.



Administradora: Bradesco Vida e Previdência S.A.
Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

Fundos de Investimento

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Custódia dos ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, o Fundo detinha investimentos em ativos financeiros. Cabe à Administração e ao custodiante do Fundo conduzir processos de controles para garantir a propriedade e custódia dos ativos financeiros mantidos em sua carteira, junto as entidades custodiantes independentes e instituições financeiras. Em conexão às operações do Fundo e a materialidade dos saldos dos investimentos do Fundo envolvidos, consideramos a custódia dos ativos financeiros do Fundo como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação da propriedade e custódia dos ativos financeiros do Fundo, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do processo de conciliação das posições dos investimentos detidos pelo Fundo junto às posições das entidades custodiantes independentes e instituições financeiras; (ii) obtivemos a composição detalhada dos ativos financeiros do Fundo e comparamos com os seus respectivos registros contábeis; e (iii) confrontamos a composição da carteira do Fundo em 31 de dezembro de 2021 com os relatórios emitidos pelas entidades custodiantes independentes e instituições financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os processos adotados pela Administração são apropriados com relação a existência dos ativos financeiros, no contexto das demonstrações contábeis do Fundo tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração do Fundo pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de investimento regulamentados pela ICVM 555/14 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável, dentro das prerrogativas previstas na ICVM 555/14, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022

Deloitte.

Brasil

Saúde Fernando Spilki espera um cenário mais ameno, com ômicron mais contida, mas contágio vai persistir

Covid deve entrar em fase com poucos casos, afirma virologista

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

A pandemia atinge um marco amanhã no Brasil. Em 26 de fevereiro de 2022, foi confirmado aquele que ficou conhecido como o primeiro caso de contaminação no país pelo coronavírus. A covid-19 ainda era uma doença pouquíssimo conhecida e muito ameaçadora para um mundo que ainda estava longe de contar com as primeiras vacinas.

Foi da amostra colhida daquele paciente, um homem de 61 anos, morador de São Paulo, que pesquisadores e médicos no Brasil começaram a usar no trabalho de controle para toda a primeira fase da primeira fase da pandemia e para o desenvolvimento dos testes de PCR para detectar o vírus.

“Esse paciente nos deu condições de começar a realmente a fazer o enfrentamento da pandemia e nessa fase de estudo do vírus”, disse em entrevista ao Valor o virologista Fernando Spilki.

Passados dois anos, o especialista, coordenador da rede Corona-ômica do Ministério da Ciência e Tecnologia — que reúne universidades e centros de pesquisa do país —, diz que estamos agora diante um período de redução de casos e em que muitos países estão preparando uma liberação praticamente total dos hábitos de proteção ao vírus.

O cenário traçado pelos mais otimistas é que com alta vacinação e muitas contaminações recentes pela variante ômicron, um período de bonança se desenha em diversos países. Spilki, no entanto, ainda prefere uma visão mais cautelosa. A seguir, os principais pontos da entrevista:

Nova fase, com poucos casos — O que estamos vivenciando agora provavelmente é a entrada em um contexto completamente novo. Uma série de países resolu-

do enfrentar a situação de uma maneira aberta, já praticamente convivendo com o vírus mesmo que pouco tempo após o declínio do surto da ômicron. A Inglaterra, por exemplo, está planejando para o final do mês de março acabar com todas as barreiras outros países estão fazendo isso também. A grande pergunta é se vacinação e a alta contaminação de ômicron vamos ter um semestre de bonança. Essa é uma possibilidade que está no radar, sem dúvida. A questão é como será esse processo. Na África do Sul, em particular, a gente vê uma estabilização mas uma estabilização em um nível um tanto quanto mais elevado.

Convívio com a doença — É uma situação muito frequente na vida das pessoas no ambiente de trabalho, em outros ambientes, é o que está sendo reportado lá e também está sendo importado em alguns países da Europa o número de casos constante presente com muito menos gravidade por efeito de vacinação. Mas é uma convivência com uma doença, mas não uma convivência com outras doenças que temos aqui. Vamos ver se é isso. O que vamos encontrar aqui ou se vamos ter o número de casos mais basal e vai permitir saber. Aí sim haverá segurança para o abandono do uso de máscara.

Retorno à normalidade — Uma tranquilidade real é apostar nas questões de vacinação. Porque o prejuízo é que as pessoas passaram trabalho você passava na escola preciso cancelar um evento, um evento familiar até um evento maior. Porque alguém positivou. Se ficar nesse basal mais alto como em outros países é isso que nós vamos ter. Sim, um retorno muito mais eloquente à normalidade mais com essa característica.

Declínio no contágio — Agora já entramos em um franco declínio no número de casos, como já estava imaginando que ocorrer agora em meados de fevereiro. A questão é qual o ponto mais baixo que vamos chegar e como vamos conseguir lidar com a circulação do vírus em níveis ou mais baixos ou mais altos ao longo desse primeiro semestre. Por isso que é um semestre muito decisivo para os locais de trabalho para a sociedade que aprende a lidar com essa inconstância.

Fim do uso de máscaras Se a linha basal não for tão lá embaixo a questão é se será possível abandonar as máscaras. Podemos abandonar as máscaras e podemos liberar eventos com total de ocupação se pudéssemos ter uma vida despreocupada. Por isso esses próximos meses são decisivos. Agora estamos realizando o que eu diria que é o grande experimento: como levar uma vida relativamente normal ainda com circulação do vírus sabendo que ele pode ser um risco à saúde principalmente para os indivíduos não vacinados ou com algum problema na imunidade. Vamos aprender muito durante esse semestre.

Novas variantes — Logo no início do processo em alguns países a variante BA.2 se tornou bastante relevante, como é o caso da Dinamarca e regiões dos Estados Unidos e em outros países. Aqui no Brasil a gente ainda não tem um incremento tão grande, mas isso provavelmente é uma questão de tempo e não necessariamente esta subir variante está se relacionando com o novo surtos. Ela tem um perfil de ser um pouco mais transmissível do que a ômicron, e, como a ômicron já tem uma transmissibilidade enorme, não deve ter uma diferença tão grande. Do ponto de vista da se-



DIVULGAÇÃO

O virologista Fernando Spilki: com vacinação, possibilidade de um semestre de bonança, com menos

verdade alguns resultados de laboratórios apontariam para uma severidade maior, mas um estudo da África do Sul recente aponta que está no mesmo nível de severidade da ômicron, então não existe nesse momento em embaçamento se a BA.2 vai se constituir uma ameaça que vai nos levar um susto ainda maior.

Terceira dose — A gente está vendo em alguns países é que os surtos dependem muito das liberações da falta de cuidado de eventos que levam às cadeias de transmissão, então ainda está muito relacionada aquilo que a gente entende de cuidado e da necessidade de intensificar a vacinação principalmente a terceira dose.

Dominância da ômicron — No Brasil, por enquanto a ômicron é dominante, mas estamos atentos olhando com muito cuidado a questão da BA.2. Mas uma coisa importante também é que temos de ficar com o radar ligado porque pode ocorrer. Como já ocorreu especialmente em ambientes que têm uma circulação tão alta de vírus, a gente vai ter geração de novas variantes. Agora isso não quer dizer que teremos novas variantes com potencial para causar problemas da ômicron. Ao contrário. A maioria das variantes que nós detectamos ao

longo do tempo acabou não se consolidando como um problema mais grave. Podem trazer novos desafios e estamos mapeando isso quase que diariamente.

Avanço do reforço O Brasil tem uma parte da população vacinada com duas doses, mas o ritmo de vacinação da terceira dose não avança tão velozmente. É um dado relevante, porque a terceira dose se revelou uma ferramenta fundamental e importante cima de proteção contra a casos graves e óbitos especialmente no contexto das variantes. Se nós tivermos um game changer, uma ferramenta que mudou o horizonte dessa pandemia essa ferramenta foi a terceira dose, e seria muito importante que nós insistíssemos para segurança especialmente de adultos.

Vacinação infantil — Precisamos intensificar a vacinação das crianças. O problema é que você trabalhar muito mal essa questão logo de início. O problema é que se trabalhou muito mal essa questão logo de início a liberação de vacina de tecido baseado em uma avaliação técnica que foi a avaliação da Anvisa sem discussões públicas sem gerar dificuldades para o entendimento dos pais. Esse foi o problema que nós tivemos e pagamos por isso. E ho-

je a gente está vendo as crianças como uma faixa etária importante no contexto da disseminação. É relativamente frequente agora, tendo em vista a volta às aulas.

Pandemia deve se tornar endemia — A tendência é essa, a pandemia se transformar em endemia. Agora nós vamos começar a aprender qual vai ser o tamanho do perfil endêmico. Se o Sars-Cov2 será continuará sendo o principal vírus causador de doença respiratória vai continuar sendo uma causa importante de internação ou vai ser uma endemia com a qual conseguiremos lidar muito bem com aspectos sazonais e controle adequado como é a relação que temos por exemplo com gripe? Essa é a pergunta. Mas esse é o caminho 2022 traz esse Horizonte e o apresentador do que vai acontecer acho que vai se dar muito neste primeiro semestre.

Internação de não vacinados — Eu acredito que os profissionais de observatórios de covid da Fiocruz talvez tenham esse dado, mas pelo que a gente está vendo e o que tem se falado é que entre 20% e 30% das pessoas que estão sendo internadas são pessoas que têm vacinação completa e o restante são pessoas que tem uma dose ou nenhuma dose.

Média de mortes cai abaixo de 800 pela 1ª vez em 15 dias

Folhapress, de São Paulo

O Brasil registrou 996 mortes por covid-19 e 95.493 casos da doença ontem, até 20h, de acordo com o consórcio de veículos de imprensa. Com isso, o país chegou a 647.486 vidas perdidas e a 28.580.995 pessoas infectadas pelo Sars-CoV-2 desde o início da pandemia.

Pela primeira vez desde 7 de fe-

vereiro, o país teve uma média móvel de mortes abaixo de 800. Ontem, a média ficou em 784 óbitos por dia, uma situação de estabilidade (sem variações superiores a 15%) em relação ao dado de duas semanas atrás.

Já a média móvel de casos teve queda de 34% em relação ao dado de duas semanas atrás e agora é de 91.360 infecções por dia. Foi o 15º dia seguinte de tendência de

queda na média móvel de casos.

De acordo com os dados do consórcio, a média de mortes está em alta em cinco Estados (AL, RO, PE, GO, MA), em estabilidade em 12 Estados e no Distrito Federal (TO, PA, SE, RR, AC, MG, PR, RJ, RS, CE, BA, MS) e em queda nos nove Estados restantes (SP, SC, MT, ES, RN, PB, PI, AP, AM).

O Brasil registrou 1.406.363 doses de vacinas contra a covid-

19 ontem. De acordo com dados das secretarias estaduais de Saúde, foram 262.975 primeiras doses e 300.311 segundas doses. Também foram registradas 12.519 doses únicas e 830.558 doses de reforço.

Ao todo, 172.077.436 pessoas receberam pelo menos a primeira dose de uma vacina contra a Covid no Brasil — 149.824.723 delas já receberam a segunda dose

do imunizante. Somadas as doses únicas da vacina da Janssen, já são 154.515.728 pessoas com as duas doses ou com uma dose da vacina da Janssen.

Assim, o país já tem 80,10% da população com a primeira dose e 71,93% dos brasileiros com as duas doses ou com uma dose da vacina da Janssen. Considerando somente a população adulta, os valores são, respectivamente, de

106,37% e 95,51%. Somente 29,23% da população tomou dose de reforço até o momento.

O consórcio de veículos de imprensa é formado pelos jornais “O Globo”, “Extra”, “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”, bem como os portais UOL e G1.

Os dados são apurados junto às secretarias de saúde dos Estados e do Distrito Federal e divulgados diariamente às 20h.